

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de junho de 2026 a 31 de maio de 2027 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Trabalhadores em atividades(diretas e indiretas) de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e tecnologia, com abrangência territorial em Americana/SP, Amparo/SP, Araras/SP, Artur Nogueira/SP, Atibaia/SP, Bragança Paulista/SP, Campinas/SP, Casa Branca/SP, Cosmópolis/SP, Espírito Santo do Pinhal/SP, Indaiatuba/SP, Itapira/SP, Itatiba/SP, Jaguariúna/SP, Jundiaí/SP, Leme/SP, Limeira/SP, Mococa/SP, Mogi Guaçu/SP, Moji Mirim/SP, Monte Mor/SP, Nova Odessa/SP, Paulínia/SP, Pedreira/SP, Piracicaba/SP, Pirassununga/SP, Rio Claro/SP, Santa Bárbara d'Oeste/SP, Santo Antônio de Posse/SP, São João da Boa Vista/SP, São José do Rio Pardo/SP, São Paulo/SP, Sumaré/SP, Valinhos/SP e Vinhedo/SP.

Salários, Reajustes e Pagamento Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

O IPT concederá a seus trabalhadores, a partir de 01/06/2026, um reajuste salarial para correção da inflação conforme índice adotado pelo sindicato (IPCA medido no período de 30/05/2025 a 01/06/2026).

Parágrafo Primeiro - Após a aplicação do reajuste destinado à recomposição inflacionária prevista no caput, o IPT concederá um aumento real de 4% (quatro por cento) sobre os salários já reajustados, a ser aplicado de forma linear a todos os trabalhadores abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Segundo - Concluída a aplicação dos reajustes de que tratam o caput e o parágrafo anterior, o IPT procederá à revisão das perdas salariais retroativas ao ano de ingresso por concurso público, exclusivamente aos empregados concursados, observadas as atribuições e faixas salariais da carreira previstas no Plano de Empregos e Salários (PES) vigente e aprovado pela instituição.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

O IPT concederá, no mínimo, reajuste segundo IPCA-15 (dos alimentos) a todos os benefícios calculados sobre os valores vigentes em maio de 2026.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DATA DE PAGAMENTO E ANTECIPAÇÃO SALARIAL

A antecipação salarial (adiantamento) corresponderá a 30% (trinta por cento) do salário nominal do trabalhador, sem descontos, os quais serão aplicados no pagamento do salário. A antecipação será concedida de forma equitativa, no mesmo percentual para todos os trabalhadores, independentemente do salário nominal.

O IPT realizará a antecipação salarial mencionada no parágrafo anterior no dia 15 de cada mês. O pagamento do salário será efetuado sempre no último dia útil do mês trabalhado.

Parágrafo Primeiro - O IPT fará o pagamento do salário integralmente, com todos os benefícios e encargos, mesmo após dez dias de afastamento para trabalho no exterior

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros **Outras Gratificações**

CLÁUSULA SEXTA - ABONO

O IPT pagará aos seus trabalhadores juntamente com o salário de junho de 2026, um abono em parcela única no valor de uma folha nominal do salário de cada trabalhador, não incorporável aos salários.

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

As férias anuais serão gozadas com o pagamento de 2/3 do salário do trabalhador a título de gratificação.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRA

O IPT remunerará todas as horas extras efetivamente trabalhadas conforme a tabela abaixo:

De 2ª a sábado 75%

Domingos e Feriados 150%

Adicional de sobreaviso

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE SOBREAVISO

O IPT garante o pagamento das horas de sobreaviso, remuneradas com 1/3 do valor da hora normal, considerando-se o Salário Básico acrescido do Adicional de Periculosidade, quando for o caso, ao trabalhador designado a permanecer à disposição do Instituto, fora do local de trabalho, nos períodos de folga ou repouso, aguardando chamada.

Parágrafo Primeiro - Na eventualidade da chamada para o trabalho efetivo, o período trabalhado será remunerado como hora extraordinária, não sendo cumulativa.

Parágrafo Segundo - A permanência à disposição do IPT, fica limitada ao máximo de 144 (cento e quarenta e quatro) horas/mês ou em 3 (três) finais de semana por mês, conforme o caso, independente da atividade exercida.

Adicional por tempo de serviço

CLÁUSULA DÉCIMA - ANUÊNIO

O IPT manterá o pagamento do anuênio, correspondente a 1% (um por cento) do salário nominal do trabalhador, para cada ano de trabalho completo, contado a partir de 1º de fevereiro de 1994 e até 31 de maio de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

O IPT implementará e aplicará em 2026 Programa de Participação nos Resultados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BOLSAS E DEMAIS GRATIFICAÇÕES PECUNIÁRIAS

O IPT se compromete a montar comissão paritária, garantida a participação dos empregados e seu representante sindical, para a construção dos critérios de distribuição de gratificações pecuniárias, bolsas e demais incentivos destinados aos empregados do IPT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONCURSO PÚBLICO

O IPT se compromete a montar comissão paritária, garantida a participação dos empregados e seu representante sindical, para a construção dos critérios de distribuição de vagas para um eventual concurso público.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TICKET CESTA BÁSICA

O IPT fornecerá, mensalmente, a cada trabalhador, "ticket cesta básica" no valor de R\$825,87 (oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), de forma igualitária. Este valor tem como referência a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE/Conab) de fevereiro de 2026, para São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REFEIÇÃO

O IPT fornecerá vale refeição aos seus trabalhadores com o valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais) por dia, creditados em cartão específico para esse fim, conforme os dias úteis do mês, a partir de 1º de Junho de 2026.

Parágrafo Único - Será concedido vale refeição (conforme caput) e alimentação (conforme cláusula décima quarta) aos trabalhadores em regime de teletrabalho.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSPORTE

O IPT propiciará, a seus trabalhadores, transporte por meio de ônibus, mediante custo compartilhado, de acordo com a seguinte tabela:

SALÁRIO NOMINAL PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR

USO REGULAR

De R\$ 1.621,00 a R\$ 8.918,67 Zero

A partir de R\$ 8.918,68 1,5% do salário nominal

USO OCASIONAL

Até R\$ 11.657,08 1,75% do salário nominal/44 (unitário)

A partir de R\$11.657,09 3,5% do salário nominal/44 (unitário)

Parágrafo Primeiro - O IPT concederá aos seus trabalhadores auxílio transporte para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, em sistema de transporte público intermunicipal, eletivo ou especial, independente de perímetro custeando o valor que

ultrapassar 1,5% (hum e meio por cento) do salário base do trabalhador para os casos que não exista disponibilidade de linhas de ônibus fretado IPT observando a tabela acima.

Parágrafo Segundo - O IPT se compromete em fazer valer o contrato, e aplicar na empresa terceirizada contratada para prestar serviço de transporte, as sanções contratuais previstas.

Parágrafo Terceiro - O IPT propiciará, a seus trabalhadores, o VALE TRANSPORTE segundo a Lei Federal 7.418 de 16.12.1985, com a redação alterada pela Lei nº. 7.619, de 30 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº. 95.247, de 16 de novembro de 1987.

Parágrafo Quarto - O IPT concederá Auxílio Deslocamento/Combustível mensal no valor de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) para todos os trabalhadores em regime presencial e que utilizam transporte próprio, e que assim optarem em alternativa ao vale transporte e transporte fretado. Alternativamente o IPT implementará Auxílio Deslocamento/Combustível com valor equivalente ao valor atual do vale transporte, para aqueles que optam por utilizar o carro.

Parágrafo Quinto - Os trabalhadores em regime híbrido farão jus a proporcionalidade do Auxílio Deslocamento/Combustível correspondente aos dias de trabalho presencial.

Parágrafo Sexto - O trabalhador deverá optar pela alternativa mais adequada para o seu deslocamento.

Parágrafo Sétimo - O desconto praticado no salário do trabalhador será de, no máximo, 1,5% (hum e meio por cento) independente da opção do trabalhador.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

O IPT manterá, para seus trabalhadores e para os dependentes destes (esposas, maridos, companheiros(as) e filhos até 24 anos), plano de saúde contratado, com participação dos beneficiados no seu custeio, efetivada mediante pagamento mensal descontado em folha de pagamento, correspondendo a 10% (dez por cento) do total do seu custo básico.

O IPT arcará com 90% (noventa por cento) do custo do Plano Básico, ficando a cargo do trabalhador o pagamento da diferença, de acordo com o plano escolhido. Será assegurado a todo trabalhador e seus dependentes, que por motivo de aposentadoria ou demissão sem justa causa que se desliguem do quadro de trabalhadores do IPT, o direito de permanecer como beneficiários do Plano de Saúde por tempo indeterminado, desde que façam essa opção, conforme legislação. Na hipótese de substituição do plano atualmente contratado, deverão ser assegurados aos trabalhadores, no mínimo, os moldes do Edital de Licitação que precedeu a contratação do atual plano.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurada aos trabalhadores do IPT a possibilidade de opção pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, nos moldes já aplicados anteriormente pela Instituição, como benefício complementar destinado especialmente aos empregados com maior tempo de serviço e idade avançada, sem prejuízo do plano de saúde contratado.

Parágrafo Segundo - O IPT propiciará plano odontológico para seus trabalhadores e para os dependentes destes (esposas, maridos, companheiros(as) e filhos até 24 anos) com custeio integral pela empresa. A infraestrutura do Gabinete Odontológico deverá estar equipada com todos os equipamentos e insumos necessários para atendimento dos trabalhadores nos serviços de anestesia, extração, limpeza, restauração e tratamento de canal, além de diagnóstico por

raios-x panorâmico.

Parágrafo Terceiro - O IPT manterá a estrutura física e de profissionais do Gabinete Odontológico e Médico funcionando, garantindo atendimento clínico e de emergência a todos os trabalhadores do campus do IPT, independentemente da empresa contratante.

Parágrafo Quarto - O Gabinete Médico estará incumbido da emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores do campus do IPT, garantindo um procedimento uniforme de avaliação da saúde ocupacional.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO DOENÇA

No caso de trabalhador em gozo de auxílio doença, o IPT complementarará o valor do auxílio previdenciário no o limite do seu salário mensal, até o prazo máximo de 01 (um) ano, mediante avaliação da área médica do IPT. No caso de trabalhador aposentado e ainda trabalhando que receba pelo teto do valor previdenciário o IPT pagará 50% (cinquenta por cento) do salário base até o prazo máximo de 01 (um) ano, mediante avaliação da área médica do IPT.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL

O IPT reembolsará as despesas com o funeral, inclusive despesas com traslado quando necessário, abrangendo trabalhadoras ou trabalhadores, ascendentes, descendentes, dependentes diretos, bem como cônjuge, companheiro ou companheira, mediante comprovação de gastos, até o valor de R\$ 5.000,00.

Auxílio Creche

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CRECHE

O IPT fornecerá serviços de creche para os filhos de seus trabalhadores e estagiários sem distinção de gênero, com seleção por critério socioeconômico. O desligamento da criança, da creche, ocorrerá somente quando a criança for matriculada no primeiro ano do ensino fundamental em escola pública. O IPT manterá o reembolso creche para seus trabalhadores e estagiários sem distinção de gênero, até o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês, para crianças até 07 (sete) anos, mediante comprovação de gastos a ser efetuada por meio de documento fiscal idôneo, neles incluindo taxas de matrícula, mensalidade da creche, uniforme e materiais didáticos.

Diante da disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que reduziu a idade para ingresso no ensino fundamental de sete para seis anos, o IPT cessará a concessão do benefício de reembolso-creche para crianças a partir dos sete anos, quando esta, comprovadamente, ingressar no ensino fundamental público ou privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA

O IPT fornecerá seguro de vida em grupo para todos os seus trabalhadores.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO AO FILHO PCD

O IPT pagará aos seus trabalhadores que tenham filhos PcD, um auxílio mensal de um salário mínimo vigente, desde que requerido expressamente e por escrito, por filho nesta condição, mediante comprovação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O IPT se compromete, em 2025, a instituir um Plano de Previdência Complementar para todos seus trabalhadores que atenda a Lei Estadual nº 14653/22.12.2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - QUALIDADE DE VIDA

Como medidas de promoção à saúde mental e física do trabalhador, o IPT fornecerá/implementará:

Parágrafo Primeiro - Um profissional com especialização em saúde mental na empresa.

Parágrafo Segundo - Materiais de divulgação sobre assédio, definições, características e formas de combate.

Parágrafo Terceiro - Academia no instituto, garantindo a prática de atividades físicas para o bem-estar físico e mental dos colaboradores.

Alternativamente o IPT poderá fornecer convênio com academias e demais empresas que visem fornecer planos de atividade física.

Parágrafo Quarto - Vale Cultura a todos os seus trabalhadores conforme Legislação Federal Vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DIREITOS RELATIVOS A RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

Fica assegurado aos empregados em união homoafetiva a garantia de todos os direitos previstos no presente Acordo Coletivo de Trabalho, de forma a facilitar o resguardo dos interesses de seus companheiros(as) e dependentes habilitados perante a Previdência Social e demais beneficiários, sem nenhuma forma de discriminação ou restrição.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades. Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REPOSIÇÃO AUTOMÁTICA DO QUADRO

O IPT adotará política institucional de reposição automática do quadro de pessoal, sem contexto de seu plano institucional, políticas de gestão de recursos humanos e servidores empregados em cargos ou empregos vagos, sem prejuízo das necessidades observadas e essenciais à Administração Pública, nos limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo Primeiro - A reposição será feita preferencialmente por promoção interna de empregados do quadro permanente que atendam aos requisitos do Plano de Empregos e Salários (PES) vigente, ou por concurso público quando houver vagas não supridas internamente, no prazo máximo de 6 (seis) meses contados do desligamento.

Parágrafo Segundo - A reposição automática aplica-se aos empregos do quadro permanente previstos no PES, excetuando-se os empregos em extinção na vacância e funções gratificadas, priorizando a manutenção da estrutura organizacional e das carreiras de atividade fim.

Parágrafo Terceiro - O IPT publicará anualmente relatório de vagas no portal institucional, com cronograma de reposição, garantindo transparência e participação sindical no monitoramento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PERFIL PROFISSIONÁRIO PREVIDENCIÁRIO

O IPT fornecerá a todos os trabalhadores demitidos e aos que solicitarem o desligamento da empresa o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP na data da homologação.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DISPENSA E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

É facultado ao SINTPq, mediante solicitação do trabalhador, o acompanhamento de processos de dispensas e aplicação de penalidades ao trabalhador.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Plano de Empregos e Salários

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE EMPREGOS E SALÁRIOS

O IPT se compromete a implementar um programa de progressão na carreira para os empregados do IPT, garantindo o devido acesso a todos os trabalhadores e trabalhadoras ao texto do regimento, na íntegra, antes do início do período de aferição de metas.

Parágrafo Primeiro - O IPT se compromete a montar comissão paritária, garantida a participação dos empregados e seu representante sindical, para a construção dos critérios de avaliação para efeitos de progressão no Programa de Empregos e Salários.

Parágrafo Segundo - O IPT fará a divisão dos recursos aprovados para aplicação no Programa de Empregos e Salários de forma justa e igualitária, sem prejudicar os departamentos ou centros de custo com pequena massa salarial, de forma a garantir que a aplicação dos critérios de avaliação não seja sobreposta à distribuição desigual de recursos.

Parágrafo Terceiro - O IPT se compromete a viabilizar a expansão do valor anual aplicado para a aplicação do PES, de 1% para 2% da folha de pagamento agregada do IPT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, capacitação/treinamento/aperfeiçoamento profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS

O IPT compromete-se a criar ou manter e aprimorar uma política institucional de incentivo à participação dos pesquisadores em congressos, seminários, feiras, simpósios e demais eventos científicos e tecnológicos, de âmbito nacional e internacional, como forma de assegurar a permanente atualização técnico-científica e de mercado.

Parágrafo Primeiro - O IPT garantirá alocação orçamentária específica destinada a custear, parcial ou integralmente, as despesas necessárias à participação de seus pesquisadores nesses eventos, incluindo taxas de inscrição, transporte, diárias e demais custos compatíveis com a natureza do deslocamento e a política institucional vigente.

Parágrafo Segundo - A seleção e priorização dos eventos a serem apoiados observará critérios de pertinência técnica, relevância científica e alinhamento com os projetos institucionais e de pesquisa em curso, respeitados os princípios de transparência e equidade de acesso entre os pesquisadores elegíveis.

Adaptação de função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

A substituição de trabalhador afastado deverá ser feita, preferencialmente, por outro que receba salário igual ou superior ao do substituído.

Parágrafo Primeiro - O trabalhador que, excepcionalmente, substituir outro que perceba salário superior ao seu, terá direito à diferença salarial em relação ao substituído, bem como à gratificação de função, quando este a perceber, proporcional ao período em que perdurar a substituição, e desde que este seja igual ou superior a 5 (cinco) dias ininterruptos.

Parágrafo Segundo - O pagamento do salário-substituição está condicionado à prévia aprovação do Diretor Executivo ao qual se subordina a Unidade, e será devido apenas quando a substituição ocorrer nas seguintes funções:

FUNÇÕES GRATIFICADAS (quadro permanente)

Líder de Área Administrativa

Líder Técnico

Assessor de Gestão de Unidade Técnica

EMPREGO EM COMISSÃO (chefia/direção/assessoramento)

Assessor de Gerência

Assessor Executivo

Assessor de Coordenação

Assessor de Diretoria Executiva

Assessor de Superintendência Técnica

Assessor de Desenvolvimento de Negócios

Gerente Administrativo

Gerente Técnico

Chefe de Gabinete

Coordenador Administrativo

Superintendente Técnico

Coordenador Jurídico

Ouvidor

Independentemente das nomenclaturas vigentes destas funções.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DUPLA FUNÇÃO

O IPT remunerará todos os trabalhadores que executarem as suas atribuições e conduzirem os veículos do Instituto. As chefias das áreas deverão oficializar à CGPe, os trabalhadores que exercerão esta dupla atividade. O valor da remuneração deverá ter por base o valor praticado no mercado. A CGPe e o SINTPq deverão elaborar pesquisa conjunta e acordar o valor. Os pagamentos deverão ser efetivados a partir de 01 de junho de 2026.

Assédio moral

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GESTÃO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

O IPT se compromete a manter o programa de gestão de Conduta e Integridade, em seu propósito de combate ao assédio moral e outros eventuais desvios comportamentais.

O IPT se compromete a dar transparência dos processos do Comitê de Conduta e Integridade por meio de relatórios anuais, respeitando a LGPD e o sigilo necessário aos processos em andamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PREVENÇÃO A RISCOS PSICOSSOCIAIS E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

O IPT se compromete a implementar política e código de conduta e integridade, alinhados às diretrizes da NR-1 e às normas regulamentadoras pertinentes, com o objetivo de prevenir, identificar e mitigar riscos psicossociais, tais como:

1. Problemas de saúde mental (incluindo estresse ocupacional, burnout, ansiedade e depressão);
2. Assédio moral e assédio sexual;
3. Discriminação e violência no trabalho;
4. Sobrecarga laboral e desequilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Parágrafo Primeiro - O IPT adotará as seguintes medidas, em conformidade com a NR-1 e demais normativas legais:

- Avaliação periódica de riscos psicossociais por meio de diagnósticos organizacionais, incluindo pesquisas anônimas e canais de denúncia confidenciais;
- Capacitação obrigatória de gestores e demais funcionários sobre saúde mental, combate ao assédio e boas práticas de convivência laboral;
- Acompanhamento psicológico por meio de programas de assistência ao trabalhador (PAE) ou parcerias com profissionais especializados;
- Adaptação das condições de trabalho para reduzir pressões excessivas, jornadas prolongadas e outras fontes de desgaste emocional.

Parágrafo Segundo - Fica vedada qualquer forma de retaliação contra funcionários que reportarem situações de risco psicossocial, assegurado o sigilo e a proteção da identidade do denunciante.

Parágrafo Terceiro - O IPT comunicará anualmente aos trabalhadores os resultados das ações preventivas e os ajustes realizados, garantindo transparência no cumprimento desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Caso identificadas violações, o IPT aplicará medidas disciplinares progressivas, sem prejuízo de responsabilização civil e penal nos termos da lei.

Base Legal: NR-1 (Disposições Gerais), Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), Lei nº 14.133/2021 (Assédio Sexual), e demais normas do Ministério do Trabalho e Previdência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ISONOMIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A empresa deverá assegurar a igualdade de tratamento salarial, contra a discriminação em razão do gênero, raça, idade, nacionalidade, estado civil ou orientação sexual. Será garantido a todas as funcionárias os mesmos tratamentos dispensados aos funcionários, garantindo assim justiça e imparcialidade frente aos desafios no trabalho entre eles:

Parágrafo Primeiro - Mesmas oportunidades de trabalho e ascensão aos cargos de direção na empresa;

Parágrafo Segundo - Mesmas condições salariais, garantindo salários iguais para iguais funções.

Parágrafo Terceiro - A empresa elaborará anualmente relatório de conformidade com estas disposições, a ser compartilhado com as trabalhadoras e trabalhadores e o SINTPq.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

O IPT não poderá demitir os trabalhadores sindicalizados com mais de 10 (dez) anos de casa e que estejam comprovadamente a 2 (dois) anos de adquirir o benefício previdenciário.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - TRABALHADORES ESTUDANTES

O IPT autorizará o horário de trabalho diferenciado aos trabalhadores matriculados em cursos regulares, de especialização ou de pós-graduação em escolas cuja localização impeça os mesmos de chegarem a tempo para as aulas, se estes cumprirem o horário normal de trabalho e desde que a variação se limite a 00h30min (trinta minutos) na jornada, com a devida compensação e com o controle e responsabilidade do Gestor da área. Será exigido dos beneficiários, o cumprimento integral da jornada semanal de trabalho de quarenta horas.

Controle de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA E CONTROLE DA JORNADA

A jornada de trabalho no IPT será de 35 horas semanais.

Parágrafo Primeiro - O IPT praticará sistema alternativo de controle de jornada, em conformidade com o disposto no art. 1º da portaria MTE373, de 25 de fevereiro de 2011, cuja regulamentação constará de norma interna.

Parágrafo Segundo - O IPT praticará calendário anual de pontes entre feriados e recesso de final de ano sem obrigatoriedade de compensação.

Parágrafo Terceiro - O IPT estudará a implementação de jornada de 4 dias, mediante negociação com o sindicato.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Ficam ampliadas as ausências legais previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 473 da CLT, e acrescidas outras, respeitados os critérios mais vantajosos, nos seguintes termos:

- 1 - 5 (cinco) dias úteis, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, sogro, sogra, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica;
- 2 - 5 (cinco) dias úteis, em virtude de núpcias;
- 3 - 1 (um) dia a mais para cada doação de sangue comprovada;
- 4 - 1 (um) dia por ocasião de aniversário.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - JORNADA FORA DO HORÁRIO NORMAL

O IPT assegura transporte e refeição aos trabalhadores que tenham jornada de trabalho fora do horário normal. Em caso de trabalho fora da Grande São Paulo, será efetuado, sempre de acordo com os procedimentos vigentes, o pagamento de diárias até o limite de 50% do salário nominal. Para valores acima deste limite será adotado, obrigatoriamente, o sistema de reembolso de despesas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - TELETRABALHO

Fica estabelecido o Regime de Teletrabalho sendo suas definições alvo de negociação específica entre o IPT e o SINTPq e apreciação e aprovação dos trabalhadores em assembleia específica. As diretrizes de negociação deverão considerar: ajuda de custo sem prejuízo ao salário, manutenção de todos os benefícios, ferramentas e métodos de controle do trabalho, ergonomia, equipamentos, confidencialidade, acidente de trabalho, direito à desconexão, dentre outras.

Parágrafo Primeiro - Em não havendo tempo hábil para a negociação específica desta cláusula, deverá ser alvo de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecido o prazo de 30 dias, após assinatura do presente acordo, para negociação e aditamento desta cláusula.

Férias e Licenças Férias Coletivas

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS

As férias anuais terão acréscimo dos dias correspondentes aos dias compensados. Será assegurada a concessão de férias a todos os trabalhadores que solicitarem, com a opção de serem divididas em até três períodos, conforme legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - Caso o trabalhador seja desligado da empresa após o seu retorno de férias no prazo de 1 mês após o período gozado, o mesmo receberá um salário nominal, a título de indenização.

Parágrafo Segundo - Pagamento por ocasião das férias, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, das verbas devidas antes da concessão. No caso de as férias coincidirem com o período de

pagamento de outros benefícios (13º salário, adiantamento, etc.) que todas as verbas sejam quitadas com a mesma antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes da concessão.

Licença Maternidade

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA DA MÃE E PARA MÃE ADOTANTE

O IPT manterá como prática a prorrogação da licença-maternidade de 180 dias. Será concedida licença à mãe, no caso de seu filho ser acometido por doença infectocontagiosa, comprovada mediante atestado médico validado pela área médica do IPT.

Parágrafo Único - A trabalhadora ou ao trabalhador, incluindo os pertencentes ao público LGBTQIAPN+, que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente da idade da criança, nos termos do artigo 392 CLT. A licença só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à(o) adotante ou guardião(o).

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LICENÇA DO PAI E PARA ADOTANTE

O IPT propiciará a licença paternidade de 180 dias corridos em função do nascimento ou adoção da criança. Será concedida licença ao pai, no caso de seu filho ser acometido por doença infectocontagiosa, comprovada mediante atestado médico validado pela área médica do IPT.

Saúde e Segurança do Trabalhador Aceitação de atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADO MÉDICO PARA ACOMPANHANTES

O IPT assegurará ao trabalhador o direito à ausência remunerada para levar ao médico: Dependentes e tutelados menores de 18 (dezoito) anos de idade; Dependentes e curatelados com deficiência (física, visual, auditiva ou mental); Esposa gestante; companheira gestante; esposa (o) ou companheiro (a) com impossibilidade de locomover-se sozinho (a), por problema de saúde, atestado por médico assistente; Pais com mais de 60 (sessenta) anos de idade, e aos dependentes enquadrados na Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que Instituiu o Estatuto da Pessoa com Câncer. Para todos os casos, será necessária a apresentação de atestado de acompanhamento, subscrito por profissional da área de saúde.

Relações sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÕES

Todas as homologações dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de um ano de vínculo empregatício, serão feitas pelo sindicato, de forma presencial ou virtual, nos termos do artigo 477 da CLT. As rescisões dos trabalhadores com menos de um ano serão encaminhadas para o sindicato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

A empresa disponibilizará espaço em suas instalações, mediante prévio agendamento, para que o SINTPq possa fazer sua campanha de sindicalização, pelo menos durante 5 (cinco) dias ao ano.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - COMUNICAÇÃO SINDICAL

O IPT permitirá a inserção de conteúdo informativo do SINTPq na intranet, direcionado aos trabalhadores e trabalhadoras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CADASTRO DE TRABALHADORES

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT encaminhará ao SINTPq, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, relação completa contendo nome completo, data de admissão, função, PIS/PASEP, salário base e matrícula funcional de todos os trabalhadores abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - O envio dos dados será realizado por meio eletrônico seguro, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), cabendo ao SINTPq a responsabilidade exclusiva pela guarda, uso e proteção dos dados pessoais recebidos, respondendo por eventuais danos decorrentes de sua divulgação indevida ou uso irregular.

Parágrafo Segundo - Os dados pessoais dos trabalhadores serão eliminados pelo SINTPq no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desligamento do empregado do IPT, mediante comunicação formal da empresa, ressalvadas as hipóteses legais de retenção.

Justificativa - A disponibilização periódica desses dados ao SINTPq visa garantir o fiel cumprimento das obrigações trabalhistas e sindicais, permitindo o acompanhamento da evolução salarial, fiscalização do Plano de Empregos e Salários (PES), identificação de situações de desequilíbrio contratual e defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores, promovendo maior transparência nas relações laborais.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ACIDENTE DO TRABALHO

O IPT arcará com todas as despesas médico-hospitalares para tratamento de acidentado do trabalho, designando os hospitais preferenciais para atendimento ao acidentado. Será considerado como acidente de trabalho o percurso entre residência e trabalho e vice-versa.

Relações Sindicais Dirigentes e Representante Sindical

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

O IPT admitirá a liberação, sem prejuízo dos respectivos salários e de todas as demais verbas de natureza remuneratória ou indenizatória, decorrentes de lei, decreto ou do presente Acordo, bem como dos direitos e benefícios trabalhistas, de 02 (dois) dirigentes sindicais por período integral.

Parágrafo Primeiro - Aos demais dirigentes do SINTPq, o IPT admitirá a liberação nas mesmas condições do item acima, no período de negociação coletiva, assim entendido o período de 90 (noventa) dias que antecede a data-base e até o final das negociações, o que se caracterizará

com a aceitação da proposta do IPT ou com a distribuição de dissídio coletivo, assegurando, em ambos os casos, a estabilidade no emprego.

Parágrafo Segundo - O IPT não fará nenhum tipo de discriminação ao dirigente sindical, seja ele liberado ou não, e promoverá o enquadramento salarial conforme sua formação e tempo de serviço na empresa garantindo um tratamento isonômico com seus pares no IPT.

Parágrafo Terceiro - A empresa reconhece e concede a garantia de emprego ao representante sindical eleito, durante o período de seu mandato, ressalvadas as hipóteses de rescisão contratual por justa causa ou pedido de demissão por parte do empregado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - REPRESENTANTE SINDICAL

A empresa reconhece e concede a garantia de emprego ao representante sindical eleito, durante o período de seu mandato, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- Rescisão contratual por justa causa;
- Pedido de demissão por parte do funcionário.

Parágrafo Primeiro - A empresa se compromete a não promover nenhuma forma de discriminação contra os representantes sindicais.

Parágrafo Segundo - O representante sindical, eleito pelos funcionários da empresa, terá um mandato com duração de 1 (um) ano e gozará de estabilidade a partir do momento da sua eleição e pelo período que compreender a sua representação até um ano após o seu término.

Parágrafo Terceiro - O representante sindical poderá ser reeleito uma única vez, sendo vedada sua candidatura no pleito seguinte.

Parágrafo Quarto - No caso de vacância do cargo, será convocada eleição no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes à vacância, a fim de ser escolhido o novo representante.

Parágrafo Quinto - As eleições para escolha do representante sindical serão organizadas pelo SINTPq e realizadas no mês de setembro, sempre na sede da empresa, sendo eleito o candidato que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos.

Parágrafo Sexto - É elegível ao posto de representante sindical o funcionário sindicalizado há pelo menos 3 (três) meses antes do processo eleitoral.

Parágrafo Sétimo - O representante sindical será liberado 4h (quatro horas) por mês para participar de atividades do sindicato.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTO PARA O SINDICATO

O IPT se compromete a descontar de seus trabalhadores diretamente em folha de pagamento, em favor do SINTPq, as mensalidades daqueles que forem sindicalizados e depositar na conta que o sindicato indicar.

Parágrafo Primeiro - O SINTPq compromete-se a informar ao IPT sempre que houver novas sindicalizações para a devida inclusão da lista de desconto em favor do SINTPq, ou renúncia a sindicalização para a devida exclusão da referida lista.

Parágrafo Segundo - O IPT disponibilizará, no mês de fevereiro, formulário da Contribuição Sindical Voluntária para todos seus trabalhadores para manifestação destes à CGPe informando ao Sindicato a lista nominal de todas manifestações recebidas no primeiro dia útil de abril.

Direito De Oposição Ao Desconto De Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL E DIREITO A OPOSIÇÃO

O IPT descontará de todos os trabalhadores não associados ao SINTPq o percentual de 4% (quatro por cento) do salário nominal, a título de Cota de Participação Negocial, a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, mediante desconto em folha de pagamento, com repasse integral ao SINTPq, observados os parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 935 da Repercussão Geral.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurado a todo trabalhador não associado o direito de oposição prévia, individual, expressa e gratuita ao desconto da Cota de Participação Negocial, em estrita conformidade com o decidido pelo STF no Tema 935, podendo manifestá-la através do site <https://sintpq.org.br/formulario-oposicao> no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho. Cabe ao IPT e ao SINTPq informar e esclarecer os empregados sobre a realização do desconto e condições, inclusive, no caso de férias, rescisão entre outros, de maneira clara e inequívoca.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de férias, licenças ou afastamentos legais, o prazo para o exercício do direito de oposição será contado a partir da data de retorno do trabalhador ao efetivo exercício de suas funções.

Parágrafo Terceiro - Após o repasse dos valores arrecadados, o IPT encaminhará ao SINTPq relação contendo o nome dos trabalhadores, o valor individual descontado e o número total de empregados ativos no momento do recolhimento, garantindo-se a transparência do procedimento.

Parágrafo Quarto - Para os trabalhadores admitidos durante a vigência do presente acordo, o IPT deverá dar ciência expressa da existência da Oposição à Cota de Participação Negocial, assegurando-lhes o exercício do direito de oposição, observados os mesmos critérios, prazos e condições previstos nesta cláusula.

Parágrafo Quinto - Para os trabalhadores desligados durante o período de desconto da Cota de Participação Negocial, as parcelas vincendas poderão ser descontadas no momento da rescisão contratual, desde que não haja oposição formalizada, com posterior repasse ao SINTPq.

Parágrafo Sexto - Após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, o IPT dará ampla divulgação das condições, prazos e da data de início do desconto da Cota de Participação Negocial, em observância ao dever de informação reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo Sétimo - O IPT realizará os descontos previstos nesta cláusula na condição de mera intermediária operacional, não lhe recaindo qualquer responsabilidade por eventuais reclamações judiciais ou administrativas relativas à Cota de Participação Negocial, assumindo o SINTPq, desde já, a responsabilidade integral pelos valores descontados, inclusive perante a empresa, órgãos fiscalizadores e terceiros interessados

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO DO SINTPQ COM OS TRABALHADORES DO IPT

O IPT garantirá o livre envio de mensagens eletrônicas das entidades representativas por meio de sua rede interna assegurando assim a liberdade de comunicação.

Parágrafo Único - Para todos os empregados admitidos durante a vigência deste acordo, a empresa entregará carta de apresentação do SINTPq, seja físico ou virtual.

Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As dúvidas ou controvérsias que por ventura surgirem na aplicação das cláusulas do presente ACORDO serão submetidas à apreciação do Poder Judiciário do Trabalho.

Considerando os termos da nova legislação trabalhista, denominada “reforma trabalhista”, as partes acordantes concordam com a manutenção das cláusulas do ACT 2025/2026 para o período posterior à sua vigência, até que seja celebrado novo acordo coletivo de trabalho ou instrumento, conferindo às cláusulas do ACT de 2025/2026 a “ultratividade”. As partes se comprometem, em não havendo sucesso nas negociações, instaurarem conjuntamente processo de dissídio coletivo.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - APLICAÇÃO

Os termos do presente acordo coletivo aplicam-se, exclusivamente, ao IPT e aos seus trabalhadores.

As demais cláusulas do acordo coletivo de trabalho permanecem inalteradas, com as devidas atualizações para refletir as reivindicações apresentadas.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CLÁUSULA PENAL

Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estipuladas no presente acordo será aplicada ao IPT uma multa de 5% (cinco por cento) do salário do empregado atingido pela infração, revertendo a favor do empregado.